

Marcos legais utilizados nas Compras Nacionais para a Educação seguem a base da Lei Geral de Licitações.

[Lei nº 4.320, de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;

[Lei nº 8.666, de 1993](#) – Lei de Licitações e Contratos;

[Decreto nº 6.094, de 2001](#) – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, DF e estados, e a participação de famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica;

[Lei nº 10.520, de 2002](#) – Pregão Eletrônico

[Lei nº 10.522, de 2002](#) – Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não quitados dos órgãos e entidades federais e dá outras providências;

[Resolução CD/FNDE nº 33, de 2003](#) – Sistematizar e consolidar os procedimentos administrativos para parcelamento de débitos com o FNDE oriundos de contratos administrativos;

[Lei nº 10.880, de 2004](#) – Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE;

[Resolução CD/FNDE nº 03, de 2007](#) – Cria o Programa Caminho da Escola;

[Resolução CD/FNDE nº 06, de 2007](#) – Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA;

[Decreto nº 6.300, de 2017](#) – Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO;

[Decreto nº 7.507, de 2011](#) – Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a estados, Distrito Federal e municípios;

[Lei nº 12.695, de 2012](#) – Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano Nacional de Educação;

[Decreto nº 7.746, de 2012](#) – Estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;

[Resolução CD/FNDE nº 45/2013](#) – Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola;

[Decreto nº 7.892, de 2013](#) – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;

[Lei nº 13.005, de 2014](#) – Aprova o Plano Nacional de Educação;

[Instrução Normativa nº 06, de 2014](#) – Dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços;

[Resolução CD/FNDE/MEC nº 20, de 2014](#) – Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para realização de processos de compras de bens, de obras com características padronizadas e de serviços, inclusive de engenharia, gestão de contratos e atas de registro de preços, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

[Decreto nº 8.538, de 2015](#) – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal;

[Decreto nº 9.099, de 2017](#) – Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático;

[Decreto nº 9.204, de 2017](#) – Institui o Programa de Inovação Educação Conectada;

[Instrução Normativa nº 5, de 2017](#) – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

[Instrução Normativa nº 03, de 2018](#) – estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

[Instrução Normativa nº 07, de 2018](#) – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 2017;

[Resolução CD/FNDE nº 20](#) – Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica, preferencialmente com matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, em conformidade com o Programa Escola Acessível;

[Decreto nº 10.024, de 2019](#) – Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

[Instrução Normativa nº 01, de 2019](#) – Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal;

[Instrução Normativa nº 02, de 2019](#) – Regulamenta o Art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 2011, e o Art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 2013, e dispõe sobre a composição as competências do Colegiado Interno do Referencial Técnico;

[Instrução Normativa nº 40, de 2020](#) – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

[Instrução Normativa nº 53, de 2020](#) – Dispõe sobre as regras e procedimentos para a operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de crédito decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito Digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

[Instrução Normativa nº 73, de 2020](#) – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

[Portaria nº 687, de 2020](#) – Institui o Comitê Deliberativo de Compra Nacional (CDCN);

[Portaria nº 688, de 2020](#) – Estabelece o Regimento do Comitê Deliberativo de Compra Nacional (RICDCN);

[Resolução CD/FNDE nº 04/2020](#) – Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do quarto ciclo (2021-2024) do Plano de Ações Articuladas – PAR; e

[Portaria nº 170, de 2021](#) – institui a Comissão Técnica Permanente para elaboração do Plano de Compra Nacional para a Educação – PCNE, e do Plano Estratégico de Compra Nacional para Educação – PECNE.